

ABORTO LIVRE, NÓS DECIDIMOS

Não à reforma do Gallardón. Fora com o aborto do Código Penal!

Movimento feminista de Madrid-Manifesto 8 de Fevereiro de 2014

Rejeitamos totalmente o Anteprojecto da lei do aborto “*protección de la vida del concebido y de los derechos de la mujer embarazada*” aprovado pelo governo. Consideramos um ataque aos direitos, autonomia e liberdade das mulheres.

Com este Anteprojecto, 97% das mulheres que abortam terão que fazê-lo de forma “ilegal”. Aquelas que tenham recursos económicos terão que sair para o estrangeiro. As outras, vão por em risco a sua saúde e a sua vida ao recorrer ao aborto clandestino. Tudo isto para além da insegurança e vulnerabilidade jurídica que se vai criar nas e nos profissionais da saúde.

O Anteprojecto pretende supostamente basear-se na defesa da vida. Mas isto é dito por um governo que impõe políticas laborais injustas, cortes no acesso aos infantários, que nega a ampliação da licença parental, o acesso à reprodução assistida a todas as mulheres, que elimina serviços sociais básicos e corta na dependência e saúde. Nesta situação perguntamos: de que vida falam quando falam da vida?

Reivindicar o direito ao aborto livre significa que não se pode obrigar uma mulher a continuar uma gravidez indesejada e questionar a sua decisão de interromper-lo. O direito de escolher é o reconhecimento das mulheres como sujeitos moralmente autónomos para decidir sobre as nossas vidas, os nossos corpos e sobre a maternidade (escolher ser mãe ou não).

Porque nós somos pessoas autónomas, responsáveis, livres e iguais, exigimos:

- A retirada imediata deste Anteprojecto de lei que viola os direitos das mulheres, a nossa autonomia, liberdade, saúde, vida e dignidade.
- Que o aborto esteja fora do código penal. Que o regulem como um direito de todas as mulheres para interromper a gravidez não desejada sem nenhum tipo de discriminação.
- Promover e garantir uma educação afectivo-sexual livre de estereótipos sexistas e homófobos. Contra a lei Wert, que promove a religião na escola, enquanto exclui das aulas a educação sexual com pessoal qualificado.
- Que se respeite a autonomia das jovens e não obrigar as mulheres de 16 e 17 anos a ter a autorização da sua mãe(s) e/ do seu pai(s) (e muito menos de um juiz) para escolher sobre a sua maternidade.
- Que a objecção de consciência seja regulada de modo que nenhuma mulher fique sem assistência médica.
- As mulheres não precisamos da tutela de outras pessoas, nem das tentativas de impor um projecto de vida que negue a nossa condição de sujeitos de direito. Assim, dizemos NÃO à proposta do governo e exigimos que o direito ao aborto seja reconhecido.

AS MULHERES DECIDEM, O ESTADO GARANTE, A SOCIEDADE RESPEITA E A IGREJA NAO INTERVEM

Movimento Feminista de Madrid - Vemos-nos no dia 8 de Fevereiro de 2014 às 12:00 desde a Glorieta de San Bernardo até à Plaza de Callao.